

PSICOLOGIA

Qualquer maneira de amar vale a pena¹

Por Ana Luiza dos Santos Julio²

E-mail: a-julio@hotmail.com

Ampliando a frase de Caetano Veloso, gostaria de iniciar este artigo dizendo que nenhuma forma de violência vale à pena, e que nada pode justificá-la, ainda que se possam ter muitas explicações diante das muitas formas com que ela se manifesta.

Vejamos inicialmente, quais são as formas mais corriqueiras de violência doméstica: violência física, violência simbólica (ou psicológica), violência sexual, violência contra a mulher, violência contra a criança, violência contra idosos. Podem também ser incluída no âmbito doméstico, para diferenciar da violência institucional ou da violência pública, a manifestação no âmbito caseiro contra a homoafetividade, ou ainda as que se referem às questões raciais. Não me refiro aqui, a uma possível ocorrência de violência contra homens, o que não quer dizer que isso não ocorra. Esse tipo de violência enquadra-se ou na violência física ou ainda na simbólica, posto ser este o tipo de violência em geral, perpetrada contra homens.



Todos esses tipos de violência apresentados têm como característica geral ser uma imposição de alguém que se encontra em lugar de uma suposta

¹ Frase de Caetano Veloso, compositor e cantor baiano de MPB.

² Julio, Ana Luiza dos Santos – psicóloga, psicoterapeuta, mestre em educação e doutoranda em psicologia. É membro da Abrapso (Associação brasileira de psicologia social) e da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros).

“superioridade”, dirigida a outro que se encontra em um lugar de uma suposta “inferioridade”.

Duas questões, portanto, já estão postas nessa temática da violência: a primeira a de uma desigualdade entre os seres que deveriam, ao menos em tese, serem iguais (daí derivando a igualdade de sujeitos que vivem em uma democracia). A segunda questão a que demarca um profundo desrespeito entre os seres. Sendo esse, a meu ver, o ponto principal que possibilita a ocorrência da violência. Onde há respeito entre os seres, não tem como qualquer tipo de violência se estabelecer, porque não há espaço para esse antagonismo.

A palavra respeito nos remete a um sentido de relação que vem precedido pela própria palavra: *rês*, significando, coisa; e, *peito*, aquela parte do centro do corpo do ser. Ter respeito, o sentimento de respeito, é ter uma *coisa* no peito. Essa coisa seja um aperto, uma consideração, um sentimento pelo outro, é o que faz com que tenhamos um freio inibitório diante de impulso destruidor que possa nos acometer, caracterizando a ocorrência do ato violento. Portanto, por mais que sentimentos tais como raiva, ódio, ira, vingança, medo, ciúmes, ou outro qualquer, possam chegar para uma pessoa, os sentidos anteriores de respeito, que freia esse impulso destruidor, postergando-o, para que a descarga afetiva (descarga daquilo que afeta) seja feita de outra maneira. Nas relações não violentas é isso que se sucede: as descargas agressivo-destrutivas são postas em outro lugar, para não ferir nem a relação, nem os sujeitos da relação.

E porque será que muitas vezes deixamos de sentir “*essa coisa no peito*” em relação ao outro, que deveria, como já apontado, estar em pé de igualdade conosco?

Por que razão algumas pessoas se arvoram em sentirem-se superiores às outras? Quando foi que deixamos de ser “democráticos”?

Quando trago o conceito de democracia estou no âmbito da sociologia, assim como, quando falei as questões de igualdade, demarca-se o âmbito do direito. Isso porque, é tamanha a amplitude de questões que estão envolvidas quando se fala na violência doméstica, que fica quase impossível falar do tema apenas por uma ótica, a psicologia, por exemplo. Os aspectos psicológicos desvinculados das questões sociológicas, culturais, do direito, da história, da biologia e até mesmo das questões ecológicas, perdem um tanto de sua força de entendimento, pois esta é uma questão multifatorial que deve multidisciplinarmente ser enfrentada, para que este enfrentamento seja eficaz.

A violência tem perpassado todas essas instâncias: é psíquica, porque deixa marcas indeléveis no sujeito que a sofreu; é sociológica porque toma uma dimensão sócio-universal, não fazendo distinção nem de classe social, nem de raça, nem de gênero ou sexo. É cultural, porque não é, em hipótese alguma, da *natureza humana*, por assim dizer, e sim algo que vem sendo aprendido entre os humanos e, como tal, deve ser, urgentemente, desaprendido, desconstruído. É política e de direito, porque também nessas dimensões deve ser trabalhada, seja em termos punitivos ou reparatórios, conforme a necessidade de cada caso. Temos em cena, hoje no Brasil, a Lei Maria da Penha que muito tem servido para punir e, com isto, tentar frear os atores das agressões.

Para além destas, quero enfatizar aqui a violência doméstica perpetrada contra mulheres negras, posto ainda ser essa a situação de maior desprestígio social.

Se recorrermos aos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)³, nos últimos cinco anos, vamos encontrar o mesmo trágico quadro diante das condições de vida dos homens negros e das mulheres negras deste país, no que se refere à educação, às condições de trabalho, à situação sócio-econômica, enfim, em todas esses indicativos, tem sido os negros e as negras, os que aparecem em último lugar, o que confirma que tem sido contra essa comunidade que a violência, em todos os sentidos, tem acometido de forma dramática. Portanto, no que se refere à mulher negra, ela permanece no 4º lugar do *rank*, como já há muito apontado por Saffiott (1984), no que se refere ao seu valor social, precedida pelo homem negro, precedido pela mulher branca e à frente de todos, o homem branco. Isto reflete o ideal valorativo do homem branco, anglo-saxão, protestante. Todos os seres que se diferenciam desse ideal, passam a ter menos valor.

Esse é o quadro que espelha a vida da mulher negra: está em último lugar em tudo. Para ela, resta tudo aquilo que não serve aos outros, quer seja no trabalho, ou na vida afetiva, enfim, as sobras.

Pensando ironicamente a democracia, vemos que a violência doméstica é o mais democrático de todos os fenômenos sociais. Atinge as mulheres de todas as cores e classes; as brancas, as negras, as pobres, as ricas. No que diz respeito às negras, no entanto, é “*apenas*” mais uma de todas as violências sofridas.

Em estudo feito por Julio e Strey (no prelo) junto a uma comunidade periférica de Porto Alegre (RS), onde aproximadamente 90% da população é composta por negros (as) e mulatos (as) em precárias condições sócio-econômicas, educacionais e de saúde, foi verificado que um número expressivo de mulheres negras sofrem violência doméstica perpetrada ou pelo companheiro ou pelo pai, e, em alguns casos, por um outro parente do sexo masculino, como um irmão, por exemplo. Algumas dessas mulheres referiram que a situação de violência, às vezes se tornava inevitável, a tal ponto que elas, quando sabiam que a cena estava evoluindo para a violência física, elas acabavam provocando o companheiro, no sentido de fazer com eles as agredissem logo; isto demonstrando que a tortura psicológica por elas vivida apresentava-se num crescente e era de tal poder destrutivo, que elas buscavam que finalmente aquilo terminasse, e isso só era possível quando se transformava em uma surra, ou, no mínimo, uma bofetada ou puxão de cabelo.

Grande parte das mulheres que conseguiram romper com o ciclo violento, foi capacitada pela ONG Maria Mulher⁴ para que conseguissem libertar-se do cárcere e da tortura privados. A ONG fez (e permanece fazendo) um trabalho de conscientização dessas mulheres diante do fato de que essa realidade que elas viviam, não era algo natural ou que deveria ser banalizado; pelo contrário, era a expressão do sofrimento vivido por elas e, muitas vezes, também pelo agressor. Isso, contudo, não deveria impedir que a elas fosse oportunizado um espaço para analisar a vida que estavam vivendo, e que elas pudessem encontrar em si mesmas, recursos para ultrapassar o ciclo da violência.

Qual a melhor maneira de romper o ciclo violento, não se sabe. O que se sabe com certeza é que esse é um ciclo que deve ser rompido, sob pena de, no processo de banalização, cair-se na repetição cíclica. Agora, se o rompimento implica

³ Dados deste Instituto podem ser encontrados no site: www.ipea.gov.br;

⁴ ONG Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras no combate à discriminação racial, sexual e de gênero. A organização tem cinco linhas de atuação: a defesa dos direitos das mulheres, a construção da cidadania de meninas e adolescentes, a promoção da igualdade racial, a intervenção política e a linha de documentação, pesquisa e informação. (www.mariamulher.org.br)

em separação do casal ou não, isto vai variar de caso a caso. Se o agressor for daquele tipo que se considera “superior”, e que, portanto, se sente logicamente pleno em razão, nesses casos parece que a separação torna-se um caminho inevitável, uma vez que o agressor não reconhece na mulher agredida, igualdade de direitos e sim de inferioridade.

A relação interpessoal deve ser mantida com base no respeito mútuo. Ou há respeito mútuo e consideração de igualdade ou a sanidade mental pode ser fortemente abalada. Neste caso, o melhor mesmo, é a separação.

Autorizada a citação e/ou reprodução deste texto, desde que não seja para fins comerciais e que seja mencionada a referência que segue. Favor alterar a data para o dia em que acessou-o:

JULIO, Ana Luiza dos Santos. Qualquer maneira de amar vale a pena. **Revista África e Africanidades**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, fev. 2010. Coluna Psicologia. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Qualquer_maneira_de_amar_vale_a_pena.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2010.

Referências:

FERREIRA, Silvia Lucia. El movimiento feminista y la salud de las mujeres: la experiencia de los Centros de la Planificación Familiar (CFP) en Catalunya (1976-1982). **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina: UFSC, v. 16., n. 3, 2008

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, DF: IPEA, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2010.

MAGLIANO, Maria José. Migración, género y desigualdad social. La migración de mujeres bolivianas hacia Argentina. **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina: UFSC, v. 17., n. 2, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P.R. de; JAEGER, Fernanda P. (Orgs.) **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre, EDUPUCRS, 2004.